



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

BRENDHA ALVES FEITOSA

**BRENDHA VLAZACK: lutas, resistências e o trabalho para o reconhecimento,
inclusão e visibilidade da população trans**

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2021

BRENDHA ALVES FEITOSA

**BRENDHA VLAZACK: lutas, resistências e o trabalho para o reconhecimento,
inclusão e visibilidade da população trans**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Me. Maria Clara de Oliveira Figueiredo

**JUAZEIRO DO NORTE/CE
2021**

BRENDHA ALVES FEITOSA

**BRENDHA VLAZACK: lutas, resistências e o trabalho para o reconhecimento,
inclusão e visibilidade da população trans**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Me. Maria Clara de Oliveira Figueiredo

Data de aprovação: 15/12/2021

Banca Examinadora

Maria Clara de Oliveira Figueiredo
Prof. Me. Maria Clara de Oliveira Figueiredo
Orientador (a)

Cecília Bezerra Leite
Prof. Esp. Cecília Bezerra Leite
Examinador(a) 1

Marcia de Sousa Figueiredo
Prof. Me. Marcia de Sousa Figueiredo
Examinador(a) 2

**JUAZEIRO DO NORTE/CE
2021**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que através do Espírito Santo me emanou inteligência e sabedoria. Aos meus pais que me deram educação o bastante, e que foram importantes na base dos meus estudos. Aos meus irmãos, sobrinhos, tios e sobrinhas Dedico também a toda população LGBTQIA+ em especial as mulheres Travestis, trans e homens trans, como também aos Assistentes Sociais que pertencem a esta população.

AGRADECIMENTOS

Emocionada, reflexiva, feliz e acima de qualquer adjetivo venho manifestar a minha eterna gratidão.

É de grande importância relatar os sentimentos que percorreram a minha trajetória no processo de formação acadêmica, aonde se entrelaçaram em meio aos medos, desafios, obstáculos, frustrações e decepções encontradas ao longo deste percurso o qual seria improvável que viesse a existir, embora nenhum objetivo é alcançado sem viver essas etapas, que são por demais necessárias para o aprendizado e amadurecimento nesta conclusão tão almejada e sonhada por mim e por todos que juntxs comigo chegamos até aqui.

Primeiramente expresso a minha intensa sintonia e intimidade com o divino na pessoa do meu Deus na sua onisciência, onipotência e onipresença por meio de Jesus Cristo nosso pai Oxalá, emanados pela luz do Espírito Santo e conduzindo-nos pela poderosa intercessão da mãe da sabedoria, a minha amada Nossa Senhora, impulsionadores e principais responsáveis em fazer de mim uma pessoa sábia, inteligente e capaz de ter acreditado no meu potencial antes tarde do que nunca. E também abastecida pela força guerreira da minha mãe Iansã e a bravura incansável do meu pai Oxóssi meus Orixás da minha Umbanda Sagrada essenciais para minha caminhada acadêmica. A espiritualidade sou eternamente grata.

Abaixo de minha espiritualidade, existem duas pessoas a serem homenageadas e receberem através do profundo amor que eles me geraram, venho agradecer pela educação que me proporcionaram em todas as fases da minha vida, desde a importância, necessidade de que sempre foi essencial estudar. São os meus genitores, minha mãe que é tudo na minha vida Jeanne Alves Feitosa e ao meu pai Mirabeau Alves Feitosa (in memoriam) que tiveram um papel fundamental na construção da pessoa simples, humilde, solidária que sou, como também perseverante, dedicada e responsável comprometida para com os meus objetivos. Qualidades essas reproduzidas e adquiridas através dos ensinamentos da minha mãe e meu pai, onde sempre me falaram que o estudo era e sempre será a sustentação para um futuro promissor e emancipatório.

Agradeço aos meus irmãos que foram inspirações no tocante de terem ingressado ao ensino superior muito cedo, motivando-me à acreditar que eu também podia ocupar esse espaço como tão efetivamente o fizeram, meus amores Taina Alves Feitosa - Pedagoga de formação, formada na Universidade Regional do Cariri (URCA) e Cicero Romão Alves Feitosa - Jornalista de formação, formado na Universidade Federal do Cariri (UFCA),

quando também externo a minha gratidão ao meu irmão caçula que seus exemplos de um homem íntegro, trabalhador e fiel a sua família foram exemplos significativos que incentivou-me a nunca desistir.

Quero externalizar meus agradecimentos afetuosos a minha saudosa Avó materna (in memoriam) Edimia Granja Alves, que sempre expressou seu carinho de orgulho pelo meu processo de formação. E também sou imensamente grata a minha Tia e madrinha Jamile Granja Alves pelas suas orações.

Pelos conselhos positivos de acreditar em minha capacidade com profundo amor, não poderia deixar de com ênfase especial falar de como foi importante sua intervenção incisiva de não permitir a minha possível desistência do vestibular para ingresso ao curso de Serviço Social, falo da minha prima querida Janeily Máximo Cortez, que teve a iniciativa em meio a uma situação muito triste vivida por todos nós naquele momento, até hoje sou extremamente grata pelo gesto de motivação que fez com que estivesse agradecendo no meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Serei carinhosamente grata aos meus sobrinhos queridos e amados em nome de Joshua Cauã, Thávine Victória, João Davi, Ana Victória e Daniel que lindamente são partes de mim, pondo-me em um dever de ser uma tia dedicada e estudiosa, e assim serei também exemplo para todos e todas seguirem perseverantes nos estudos.

As Gratidões se estendem aos meus parentes da minha família paterna, tios, tias e primos que foram pra mim grandes exemplos de perseverança, de intelectualidade nos seus campos profissionais, tendo em vista ter várias futuras colegas de profissão as quem dirijo meu agradecimento em forma de admiração a prima Tamires Feitosa. Catiane Feitosa, Tia Sandra Feitosa e Tia Regina Feitosa contemplando assim toda família.

Se tratando de família tenho um agradecimento mais que especial, é aos meus amores da Associação Beneficente Madre Maria Vilac (ABEMAVI), da Associação Carirense de Luta contra Aids, do Núcleo de Diversidade e Gênero (NUDG) e a Casa da Diversidade Cristiane Lima por serem protagonistas no meu processo de inserção nos movimentos sociais no Município de Juazeiro do Norte, oportunizando lugar de fala, capacitando-me, dando-me visibilidade, tornando-me empoderada e permitindo-me chegar aonde estou hoje a frente de uma militância defendendo uma população tão vulnerável, sendo pertencentes ao terceiro setor, algo que me motivou a cursar Serviço Social. E em se tratando dessa militância, agradeço também ao Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), em que juntos disseminamos a luta em prol da diversidade.

Abro um espaço especial para aqui agradecer a precursora do movimento trans no Brasil, a nossa guerreira e querida Jovanna Baby, pois se estou hoje aqui para agregar ao trabalho histórico de luta em defesa da população trans, é porque a luta desta figura emblemática para nós mulheres e homens trans, assim como as travestis gerou inúmeros frutos.

Sinto-me muito feliz em ter nos meus agradecimentos pessoas importantíssimas e especiais, que fizeram parte desse momento muito significativo na minha trajetória enquanto pessoa e mulher trans. Assim citarei agora uma pessoa que me instigou motivou para que eu fizesse a inscrição para o vestibular concorrendo a vaga do curso de serviço Social, sendo ela a Assistente Social, que na época foi minha coordenadora do CRAS João Cabral, a Hayana Cavalcante que visualizou um perfil de uma futura trabalhadora do Sistema Único da Assistência Social.

Venho manifesta uma gratidão a uma pessoa que por demais foi a impulsionadora maior neste ápice de uma conclusão de curso de Nível Superior, iniciando este agradecimento pelo senhor Reitor o professor Jaime que soube reconhecer o valor de uma pessoa trans no âmbito acadêmico, me possibilitando ocupar um lugar de fala antes de ser discente e enquanto discente nesse curso que tanto amo.

Aos/às docentes da casa, agradeço primeiramente a minha estimada coordenadora professora Márcia Figueiredo por todo apoio e decisão, a minha querida orientadora professora Maria Clara pelos vínculos que construímos e por me direcionar no caminho dessa conclusão de curso com a orientação deste trabalho, e a estimada professora Cecília Leite, grande educadora, na qual admiro e sou grata por sempre motivar e transmitir positividade. Ademais, as professoras: Rosângela, Dalvinha, Rita Fabiano, Núbia, Maridiana, Jácsa, Sheylinha, Pautilia, Germana, Helaide, como também meus queridos professores Reginaldo, Pedro Adjedan, Cristóvão, Péricles, Adjalmo, Ítalo, Jânio, João Marcos. Onde todos contribuíram no processo da minha formação, irei tê-los como profissionais incríveis, os quais serão inspirações para um próspero sonho e objetivo acadêmico posteriormente se o criador me permite.

Agradeço as minhas supervisoras de Estágio no Centro de Referência de Assistência Social João Cabral, Ana Luiza de Melo e Djenane por excelência na contribuição teórica e prática no meu processo de formação.

Deixando registrado o meu muito obrigada com afetos, admirações e muito estima pela turma 374.8 como a primeira turma que fiz parte nas pessoas de Amila Vitória,

Auxiliadora Soares, Joyce , Vivian, Agnes, Selma, Lucas e todos que fizeram parte desta história os quais iremos nos encontrar nos campos sociocupacionais, onde recordaremos o quanto foi essencial a nossa amizade. Sabendo que a turma que me acolheu no meu retorno ao curso é de uma extrema importância na continuidade desta trajetória onde a empatia o compartilhamento de aprendizados peculiares que só engrandeceram a minha formação uma ,cada um com suas especificidades de muita dedicação, perseverança e estudo objetivo e foco que estamos alcançando.

A minha Gratidão se estende aos/as já formados do curso Serviço Social, Trabalhadores/as do SUAS, de outras áreas ou pesquisadores/as hoje Assistentes Sociais de referências e espelhos para muitos de nós hoje, quando menciono respeitosamente com profunda admiração Francisco Daniel Viana, Sandoval Barreto, Ivonete Castro, Natanael Marcelino, Kate Miranda, Gabriel Santos, Luciana Alves, Alysson Dias, Geraldo Barros, Cicero Francisco e demais profissionais de excelência que foram frutos do Curso Serviço social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

De Modo Especialíssimo serei eternamente grata a todos, todas e todos que incentivaram, motivaram, contribuíram, torceram por mim nesta grande jornada em busca de realizar um sonho que não foi somente meu e sim de pessoas importantíssimas e essenciais de estarem juntxs comigo nesta conquista.

Não se sinta sozinho, o mundo está melhor do que era antes.
Ainda é difícil, mas você está cercado de gente lutando contigo.
Não desista de ser você só porque o mundo ainda não é bom o
suficiente pra todo o seu brilho!

Glória Groove

RESUMO

Quando o assunto são as pessoas da letra T na sigla da população LGBTQIA+, é imposta uma condição ainda mais árdua para suas vidas, em se tratando de resistência e sobrevivência ao preconceito, discriminação e violência, que o peso da mão julgadora da sociedade genitália, ainda densamente arraigada de heteronormatividade e tradicionalismo por seguir um padrão socialmente imposto, causa violentado a população trans de diversas formas. Foi pensando neste enquadro situacional, e a partir das vivências de luta, trabalho e resistência, que este estudo vislumbrou descrever a partir das narrativas de vida experienciadas na inserção e luta no SUAS do município de Juazeiro do Norte-CE, como estas contribuem para o reconhecimento, inclusão e visibilidade à população trans, para sociabilizar espaços e efetivar o direito a Política de Assistência Social. Para tanto, traçou-se para o seu alcance Desvelar conceitos e o processo de reconhecimento da População trans enquanto pessoas de direitos sociais; Investigar os direitos humanos, Política de Assistência Social e o Serviço Social junto a População trans; Apreender como a luta no SUAS do município de Juazeiro do Norte-CE desencadeou um processo de reconhecimento, inclusão e visibilidade à população trans na Política de Assistência Social. No campo metodológico, optou-se pelo seguinte caminho: um estudo narrativo autobiográfico, descritivo e exploratório, de natureza baseada em abordagem qualitativa, e também utilizou-se de pesquisa bibliográfica. Desvelou-se a partir da experiência um trabalho interventivo e de militância e resistência, que contribuiu para uma visibilidade da existência, e das demandas da população trans no âmbito do SUAS do município de Juazeiro do Norte-CE, que carece ser ainda mais disseminada e de oportunidades na pauta empregabilidade para esta população. Conclui-se que o estudo é de extrema relevância, pois é uma vivência que sistematiza uma luta histórica, reivindicatória e que tem gerado efeitos na realidade do SUAS juazeirense, ainda que lacunas existam.

Palavras-chave: População Trans. SUAS. Trabalho. Luta. Visibilidade.

ABSTRACT

When the subject is the letter T in the acronym of the LGBTQIA+ population, an even more arduous condition is imposed on their lives, when it comes to resistance and survival to prejudice, discrimination and violence, which the weight of the judging hand of genital society, still densely rooted in heteronormativity and traditionalism for following a socially imposed standard, causes violence to the trans population in many aspects. It was thinking about this situational picture, and from the experiences of struggle, work and resistance, that this study intended to describe from the narratives of life lived in the insertion and struggle in the SUAS in the city of Juazeiro do Norte-CE, how they contribute to the recognition, inclusion and visibility of the trans population, to socialize spaces and realize the right to the Social Assistance Policy. To this end, it was outlined for its scope To unveil concepts and the process of recognition of the trans population as people with social rights; To investigate human rights, Social Assistance Policy and Social Service with the trans population; To apprehend how the fight in the SUAS in the city of Juazeiro do Norte-CE has triggered a process of recognition, inclusion and visibility of the trans population in the Social Assistance Policy. In the methodological field, the following path was chosen: an autobiographical, descriptive and exploratory narrative study, of a nature based on a qualitative approach, and also used bibliographical research. The experience revealed an interventional work of militancy and resistance, which contributed to a visibility of the existence and demands of the trans population in the SUAS of the city of Juazeiro do Norte-CE, which needs to be more publicized and opportunities in the agenda of employability for this population. We conclude that the study is extremely relevant, since it is an experience that systematizes a historical and claiming struggle that has generated effects in the reality of the SUAS of Juazeiro, although there are gaps.

Keywords: Transsexual Population. SUAS. Work. Struggle. Visibility.

LISTA DE SIGLAS

ABEMAVI: Associação Beneficente Madre Maria Villac

ANTRA: Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CBAS: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEP: Código de Ética Profissional

CFP: Conselho Federal de Psicologia

CFESS: Conselho Federal de Serviço Social

CNAS: Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CRESS: Conselho Regional de Serviço Social

DH: Direitos Humanos

FONATRANS: Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros

LGBTQIA+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, queer, Intersexo, Assexuais, e mais.

LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social

OMS: Organização Mundial de Saúde

NUDG: Núcleo de Diversidade de Gênero

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

PSB: Proteção Social Básica

PSE: Proteção Social Especial

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: O PROCESSO DA LUTA DA POPULAÇÃO TRANS: reconhecendo conceitos e caminhos	16
1.1 EXPLANAÇÃO DO “T” (TRANSGÊNEROS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS) PARA UM MELHOR ENTENDIMENTO.....	16
1.2. MOVIMENTO TRANS NO BRASIL: Breves apontamentos históricos.....	19
CAPITULO 2: DIREITOS HUMANOS, POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS/OS TRANS.....	23
2.1. TAMBÉM SOMOS GENTE: direitos humanos para as pessoas trans.....	23
2.2. ASSISTENCIA SOCIAL COMO POLÍTICA DE GARANTIA AOS DIREITOS DA POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL.....	25
2.3 SERVIÇO SOCIAL EM DIREÇÃO À DIVERSIDADE: notas em defesa da população trans.....	27
CAPÍTULO III: ITINERÁRIOS PARA UM DESINVISIBILIZAR DA POPULAÇÃO TRANS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: sentidos impressos na experiência no município de Juazeiro do Norte – CE.....	30
3.1 VEREDAS METODOLÓGICAS PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	30
3.2 DA LUTA INDIVIDUAL À COLETIVA: narrativas de uma vivência para o movimento e crescimento da visibilidade trans no SUAS do município de Juazeiro do Norte – CE.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), se faz presente enquanto ato que conta um trajeto de luta e resistência, mas também é um ato de resistência, na medida em que com o então agora concretizado estudo, consagra-se a inserção de mais uma mulher trans militante, educadora e orientadora social, artista e palestrante nas estatísticas que são quase inexistentes de pessoas trans com Ensino Superior.

O cenário brasileiro é repleto de pessoas que diante de um padrão que dissemina cotidianamente a discriminação, preconceito e a violência por serem de uma ótica machista, héteronormativa, genitália e transfóbica, afetam a existência das pessoas transgênero. Esse pensamento adentra as políticas públicas, as instituições que lhes materializam e consequentemente as/os trabalhadoras/es destas, sendo um fator mais agravante ainda para a população trans se ver inexistente nos diversos espaços da sociedade.

Por isso, a partir da narrativa das experiências de inserção e luta no SUAS do município de Juazeiro do Norte-CE como se construiu o reconhecimento, inclusão e visibilidade à população trans, para sociabilizar espaços e efetivar o direito a Política de Assistência Social? Cabe ainda questionar: Será que o SUAS do município de Juazeiro do Norte-CE reconhece a população trans enquanto pessoas com direitos sociais a serem garantidos? Diante da atuação enquanto trabalhadora no SUAS do município de Juazeiro do Norte-CE, e a militância em prol da população trans se apresentam melhorias quanto a essa população nos serviços da Política de Assistência Social? Existem possibilidades de a população trans ser representada na categoria profissional do SUAS do município de Juazeiro do Norte-CE?

Para obter respostas a estes questionamentos, este trabalho buscou descrever a partir das narrativas de vida experienciadas na inserção e luta no SUAS do município de Juazeiro do Norte-CE, como estas contribuem para o reconhecimento, inclusão e visibilidade à população trans, para sociabilizar espaços e efetivar o direito a Política de Assistência Social.

A pesquisa se justifica a partir do momento em que se enxerga a necessidade de dialogar sobre a temática, apreendendo processos vivenciados pela própria população trans, para se chegar em mudanças que visibilizem e tornem seus direitos prioridades na agenda das políticas públicas, em particular a de assistência social do referido município. Tendo assim retorno ao campo científico e acadêmico, mas principalmente social, na medida em que trata de um público vulnerável de atenção e reconhecimento.

No mais, este estudo é composto por três capítulos, sendo que o I capítulo é explanado sobre conceitos, luta e caminhos da população trans, no II capítulo consta uma articulação entre as compreensões sobre direitos humanos, a Política de Assistência Social (PNAS) e o projeto ético-político do Serviço Social junto a população trans, e no III capítulo, constam as veredas metodológicas e o relato experiencial aliado a reflexões para dar consistência ao debate e desinvisibilizar a população trans à luz dos sentidos impressos na experiência no município de Juazeiro do Norte – CE.

CAPÍTULO I: O PROCESSO DA LUTA DA POPULAÇÃO TRANS: reconhecendo conceitos e caminhos

Este primeiro momento de explanação teórica, vem como uma forma de discutir conceitos de extrema significância para que se reconheçam elementos importantes para a visibilidade da população transexual, pois antes de adentrar a reflexões profundas e em campos específicos desta comunidade, se faz necessário ter um panorama de suas lutas.

1.1 - EXPLANAÇÃO DO “T” (TRANSGÊNEROS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS) PARA UM MELHOR ENTENDIMENTO.

Devido à conjuntura histórica e seus determinantes culturais, sociais, econômicos e políticos, não é tarefa fácil definir as diferenças entre travestis e transexuais. Por isso é importante considerar iniciar um debate acerca desse público desvelando as principais compreensões, buscando respeitar ao longo do discurso o seu existir e também reconhecer a necessidade que esta população tem de ser tratada de forma humana.

É oportuno compreender que a temática trabalhada aqui situa-se no campo das discussões de gênero e sexualidade, que frente a comunidade LGBTQIA+ tem um movimento crescente de discussões, mas ainda é uma fatia pequena diante de outras temáticas, sobretudo quando se trata de pessoas trans.

Assim, compreende-se sobre gênero que

O gênero está associado às diferenciações sexuais, mas não forçosamente as diferenças fisiológicas como são percebidas pelo meio social. As heterogeneidades sexuais são tidas como físicas, enquanto as heterogeneidades de gênero são construídas socialmente. O gênero tem origem no modo como a sociedade distingue o processo que modela “um macho em um homem e uma fêmea em uma mulher”. (STREY et al, 2009, p.182 apud ARAÚJO; THEOPHILO, 2019, p. 76).

Já a questão da sexualidade, observamos a partir da concepção apresentada por Louro (1997) a partir dos estudos de Jeffrey Weeks (1993)

Ao longo de seus estudos, Jeffrey Weeks (1993, p. 6) afirma inúmeras vezes que "a sexualidade tem tanto a ver com as palavras, as imagens, o ritual e a fantasia como com o corpo". Compartilhando da posição de muitos outros estudiosos e estudiosas, ele fala da impossibilidade de se "compreender a sexualidade observando apenas seus componentes 'naturais'(...), esses ganham sentido através de processos inconscientes e formas culturais. (LOURO, 1997, p. 26).

Com essa compreensão, considera-se importante logo no início está fundamentação definindo categorias, para prosseguir com as análises. A partir disso, quem são os sujeitos transexuais e travestis dentro da perspectiva dos estudos sobre a transgeneridade? Ressalta-se que este último termo a um novo campo.

Os estudos transgêneros são o campo de saber que se ocupam da diversidade de gênero através do tempo e do espaço, dando especial atenção à transgeneridade, de que falo a seguir; a diversidade de práticas eróticas e de gênero, as corporalidades e identidades de pessoas transgêneras; suas narrativas, subjetividades, modos de vida e pensamento; medicalização e patologização de suas experiências. E eu acrescento aqui também os mecanismos de sujeição que são dirigidos às pessoas transgêneras, incluindo aí todos os tipos de violência, da simbólica à física. (PODESTÁ, 2018, p. 28).

É neste arcabouço que é possível compreender que o estudo envolve amplas discussões, desde conceitos as experiências vivenciadas pela população transexual. Aqui nos remeteremos as definições das três nomenclaturas, se aproximando assim do debate.

Os transgêneros são as experiências trans em latu sensu, as quais podem ser separadas em várias categorias. Uma delas é a das travestis que são as pessoas dotadas de uma identidade de gênero diferente daquela que lhes foi atribuída biologicamente ao nascer. Estas pessoas não possuem um desejo de alterar os seus órgãos sexuais, mas modificam outros aspectos, como as suas vestimentas e maquiagens, e também realizam outros tipos de cirurgia, a exemplo de implantes de silicone. Por fim, ainda inserido na categoria dos transgêneros, estão os transexuais. Eles são compreendidos como indivíduos que não se identificam com o seu sexo e se incomodam ao ponto de almejam a cirurgia de redesignação sexual, também chamada de cirurgia de transgenitalização. (SEPÚLVEDA e SEPÚLVEDA, 2019, p. 5-6).

Estas categorias são por sua vez distintas, na medida em que dentro da sociedade são vistas e sofrem aceitação ou rejeição de diferentes formas, inserido as pessoas que se enquadram dentro dessas terminologias em um conjunto de relações sociais. As travestis por exemplo, passaram por um processo de reconhecimento árduo, pois o termo inicialmente era atrelado à prostituição (CARVALHO; CARRARA, 2013). Essa característica e também a negação da pessoa travestis era recorrente, negando assim sua existência no movimento LGBTQIA+.

Essa situação vivenciada pode ser explicada a partir da seguinte compreensão,

Dotadas de uma identidade, as travestis só surgem como sujeito político a ser incorporado pelo então movimento homossexual quando a opção por uma política identitária começa a se consolidar e as categorias abarcadas pelo movimento passam a ser especificadas. Apesar de existirem outras possibilidades de análise, uma hipótese que levantamos é a de que a construção do movimento com base em

identidades coletivas, em detrimento de um movimento em torno da questão da homossexualidade, possibilitaria a entrada de travestis sem que seus estigmas “contaminassem” a identidade “homossexual” ou “gay”. Logo, é possível afirmar que a categoria identitária “travesti” é relativamente mais moderna que a categoria “homossexual”, não se tratando, portanto, de uma categoria tradicional ou pré-moderna como seríamos tentados a considerá-la. (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 324).

Ao reconhecer esse caráter do seu percurso histórico, resta ainda ressaltar como se compreende o termo travestis, diante do crescimento e visibilidade do seu debate, buscando uma visão que siga uma lógica identitária, de gênero e sexualidade aceita por este público. Antes disso, faz-se saber que: O termo “travesti” é antigo, muito anterior ao conceito de “transexual”, e por isso muito mais utilizado e consolidado em nossa linguagem, quase sempre em um sentido pejorativo, como sinônimo de “imitação”, “engano” ou de “fingir ser o que não se é” (JESUS, 2012, p.16).

Para definir quem são as travestis, utilizaremos a descrição arcabouçada por Jesus (2012), pelo fato de reconhecer neste características que social e para além dos padrões definem esse público a partir de um local não mais de prostituição e pejorativamente. Nesse sentido:

Entende-se, nesta perspectiva, que são travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. (JESUS, 2012, p. 17).

Estas por sua vez, incorporam nas suas vivências do ser travestis uma relação íntima com a feminilidade, e com isso, sua maioria adota um tratamento como feminino, e que quando feito ao contrário, está sendo desrespeitada a sua identidade. Por isso, é imprescindível para respeitar, aceitar e dar visibilidade as travestis conhecer o termo, entendê-lo e aplicá-lo numa perspectiva de inclusão desse público ainda tão marginalizado em nossa sociedade.

Ao direcionar o discurso para o campo da transexualidade, é necessário pensar que desde a antiguidade o termo vem sendo alvo de demonização, de um viés que patologiza e deslegitima esse público. Sobre isso,

Neste processo de demonização e anatural, de imoralidade e subjugação, não somente a religião, a cultura de massa e suas ideologias, e o senso comum criaram conceitos específicos e repeliram a esta comunidade, mas também, a saber, a mais desumana, a ciência criou teorias e impeliu sobre os transexuais a condição de

doença e, portanto, os condenara a uma vida de preconceitos, humilhações e até mesmo, sobre efeitos destes pilares de conhecimento, ao transgenocídio. (SILVA, 2020, p. 16).

É por isso que na contemporaneidade se faz tão necessário debater a categoria transexualidade imprimindo sua definição a partir de um local que valida a existência desse público, com um discurso que desvela sua luta por reconhecimento. Neste caminho, muitas vezes nos deparamos com discursos velados que reduzem a transexualidade à uma questão genitália.

[...] as pessoas que se identificam como transexuais possuem diferenças em relação às travestis. E essas diferenças não podem ser reduzidas a ter ou querer ter determinado órgão sexual. Existem modos de ser travesti e modos de ser transexual que irão fazer com que as pessoas se identifiquem ou não com essas identidades. (COLLING, 2018, p. 35).

A transexualidade dentro dos modos de ser transexual não deve ser ancorada em uma definição que diga o que é, mas sim como se identificam as pessoas que se sentem pertencentes a esta categoria. Isso porque o diálogo não é para catalogar a pessoa, mas sim reconhece-la. É preciso lembrar que:

A transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa. Não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa, não é uma escolha nem é um capricho. (JESUS, 2012, p. 14).

Com isso, a transexualidade imprime-se através da identidade de gênero, onde essa mesma autora ressalta que a maneira mais simples de se contemplar o público pertencente a população transexual é em duas formas: “Mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem” (JESUS, 2012, p. 14). Assim, espera-se que possa-se tomar essa reflexão como caminho para reconhecimento e visibilidade desse público.

1.2. MOVIMENTO TRANS NO BRASIL: Breves apontamentos históricos

Os grupos oprimidos, que sentem na pele a dor de encarar o preconceito acabam que tendo que se organizar para lutar pelo direito de viver, já que a parte da sociedade tende a negá-los e violenta-los. Levando-se em consideração essa perspectiva de pensamento, é que

tentaremos aqui, situar o movimento trans no Brasil, como um ponto de partida para que estudos sejam aprofundados sobre a temática.

Em se tratando do movimento trans, é sabido que,

Historicamente, parecem ser hegemônicos dois modelos na construção de organizações de travestis no Brasil. Algumas surgem da sua auto-organização, geralmente em resposta à violência policial nos locais de prostituição; outras, a partir da ação de ONGs vinculadas ao movimento homossexual ou ao movimento de luta contra a AIDS, através de projetos de prevenção junto à população de travestis profissionais do sexo. (CARVALHO; CARRARA, p. 325).

Para o debate aqui iniciado, situar o movimento trans no trajeto brasileiro requer considerar suas origens a fundação em 1992 com a fundação da Associação de Travestis e Liberados – ASTRAL, no Rio de Janeiro. Esta por sua vez é fruto de uma organização contra o contexto que já vinha se arrastando secularmente em relação ao preconceito, estigma, marginalização, negação de existência e as diversas violências sofridas pelo público trans, que nesse período tinha um tratamento coercitivo, além das questões voltadas a sua saúde como por exemplo a Aids que dizimou várias pessoas trans.

A ASTRAL foi fundada porque,

Já se imaginava a estratégia de atuar mais ativamente no cenário nacional e como as fontes e recursos eram poucos e de difícil acesso pela maioria das ONG existentes no Brasil naquele período e, também pela crescente onda de violências e falta de acesso aos serviços de saúde foi lançada a ideia de realizar um encontro nacional que viesse agregar a população de travestis e transexuais que estavam pelo Brasil afora na sua grande maioria atuando nas organizações mistas de Gays e Lésbicas. Esse primeiro encontro objetivava mapear e empoderar essas ativistas para atuar nas questões de segurança pública e saúde, destaca-se que nesse período todas as ações em saúde para essa população ainda eram vistas somente a partir da perspectiva da epidemia de Aids, então quase a totalidade das ações eram desenvolvidas pelos programas existentes nos estados e municípios que vale destacar não eram muitos nesse período. (ANTRA, 2021, online)¹.

Apesar das poucas ações, é preciso considerar a particularidade da época, em que o preconceito era avassalador. Uma das figuras emblemáticas para a criação dessa instituição, que faz parte do movimento de travestis e transexuais no Brasil, é a Jovanna Baby Cardoso da Silva (popularmente Jovanna Baby), que em seu livro intitulado *“BAJUBÁ ODARA: resumo histórico do nascimento e do movimento de travestis do Brasil”*, narra fatos legítimos desse percurso importante e de muita resistência. Esta é uma figura emblemática para o movimento trans brasileiro, e dessa forma deve sempre ser lembrada.

¹ ANTRA. História do movimento trans no Brasil. Disponível em: < <https://antrabrasil.org/historia/> >.

É a partir da ASTRAL que as ações de combate à violência, preconceito, e também uma mudança de uma visão das transexuais e travestis unicamente ligadas a prostituição vão ser combatidas. Jovanna Silva (2021) descreve em seus relatos de vida a crescente organização para com o fortalecimento do público na medida em que existia ali uma inconformidade com as situações vivenciadas.

A partir do legado da ASTRAL enquanto primeira instituição registrada do Brasil é de um peso inestimável para a população trans, e as conquistas hoje existentes, são parte do movimento que ali iniciou, com a Jovanna Silva e outras milhares de travestis e transexuais. É por isso que cada marco é importante para que não se esqueça a luta, resistência e a vontade de viver em uma sociedade que não negue a esta população os seus direitos.

Pensando nessa direção, elaborou-se um quadro diante das conquistas da população trans, valendo apenas observá-lo para que tenha uma continuidade

Quadro 01 – Marcos e conquistas para a população trans no Brasil

Marcos e conquistas do movimento trans	
1992	Eleição de Katia Tapety, a primeira Travesti a se eleger para um cargo político no Brasil.
1993	- I Encontro Nacional de Travestis e Transexuais
1995	— Lançado o 1º Dicionário do Pajubá
1995/97/2000	— Fundação e organização da RENATA/RENTAL/ que posteriormente viria a se tornar a ANTRA — 1ª Rede Nacional de Travestis e Transexuais no Brasil
1997	— Cirurgias de redesignação sexual passam a ser realizadas pelo SUS, em Caráter experimental
1999	— Bandeira do Orgulho Transgênero é criada por uma mulher trans estadunidense Monica Helms
2000	— Movimento organizado de Travestis e Transexuais aprova moção de repúdio a Luiz Mott como persona non grata ao movimento trans.
2002	— Katia Tapety eleita Vice-Prefeita em Oueiras/PI — primeira travesti eleita para um cargo no executivo.
2002	— Projeto Tulipa
2004	— Campanha “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos” em 29 de janeiro de 2004.
2004	— Lançado o Programa Brasil Sem HOMOFOBIA
2006	— Gisberta Salce é assassinada em Portugal e vira um marco na luta contra o Transfeminicídio.
2008	— Processo Transexualizador no SUS
2008	— 1ª Conferência Nacional LGBT
2008	— Transgender Europe inicia o monitoramento da violência e do assassinato contra pessoas trans no a nível global.
2009	— Nome Social SUS
2010	— CFM retira a classificação de mutilação das cirurgias de redesignação sexual[21]
2010	— Instituído o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT)

2011 — União estável Homoafetiva
2012—Primeira Travesti é titulada Doutora no Brasil — Luma Andrade
2013 — Ampliação do Processo Transexualizador no SUS, Fundação do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, Lançamento da Política Nacional de saúde Integral LGBTI, Pela 1ª vez uma pessoas trans recebe o prêmio de Direitos Humanos da Presidência da República, Protocolado o Projeto de Lei de Identidade de gênero, Campanha pela Despatologização das Identidades Trans.
2014 - CNCD/LGBT publica a resolução conjunta com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária nº 01/2014, Fundação do Fórum Nacional de Travestis e transexuais Negros e Negras (FONATRANS), Instituído o Dia da Bandeira Trans
2015—1º Encontro Nacional de Homens Trans
2016 — Publicado o Decreto No8727/2016, da Presidência da República sobre o direito ao nome social e o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans na esfera pública federal, Oito (08) pessoas trans eleitas dentre 94 candidaturas.
2018 — Nome Social Ensino — Portaria MEC; Portaria 1/2018 CFP (não considerar pessoas trans numa visão patológica); ALESP elege a 1ª mulher trans como Deputada Estadual —Erica Malunguinho.
2019 — Ação para pedido Criminalização da LGBTIfobia pela ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros); Retirada da OMS da Transexualidade como transtorno;
2020 — STF determina fim das restrições para a Doação sangue por LGBTI+;Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publica resolução sobre os direitos da população LGBTI+ no cárcere.
2021 – I seminário da justiça federal sobre os direitos das pessoas trans;

Fonte: adaptado de Silva (2021) e Benevides (2020.)

Na direção de cada conquista, inúmeras resistências, vidas ceifadas e com tudo, uma certeza – a vontade de que a luta deve continuar diante desse público, pois nos deparamos a todo o tempo com tentativas de retrocessos. Assim, por mais que no cenário político, econômico, social, cultural e religiosos em vigência índices alarmantes de genocídio da população trans, como já foi mencionado em trechos anteriores, a resistência continua, é um movimento cada vez mais crescente, e com isso, e baseando-se numa perspectiva de inclusão neste movimento, agregamos forças para combater os preconceitos, e conquistar uma sociedade livre dessa mazela social que é a transfobia.

CAPITULO 2: DIREITOS HUMANOS, POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS/OS TRANS

Tendo em vista que não basta conhecer a população transexual, mas diante desta também reconhecer o seus direitos, direitos estes humanos e sociais intercalando estes ao movimento da política de assistência social, bem como ao Serviço Social. Este capítulo corrobora com a apreensão destes elementos para possibilitar um aprofundamento na temática, é um momento oportuno de conhecer com mais propriedade a necessidade deste debate.

2.1. TAMBÉM SOMOS GENTE: direitos humanos para as pessoas trans

Até o presente momento visualizaram-se as diversas vulnerabilidades e repercussões postas as pessoas trans, isso porque,

[...] a sociedade, ao conceber essas categorias identitárias como não naturais, reafirma um processo de discriminação e exclusão, que leva à negação de direitos individuais, incluindo nesse rol, os direitos fundamentais estabelecidos no texto da Carta Magna vigente. Nesse escopo, emergem a supressão e negação dos direitos de transexuais e travestis, dada a ausência de políticas públicas direcionadas a esses sujeitos. (MODESTO; TORRES, 2021, p. 162).

Com isso é preciso construir no debate também a questão dos direitos humanos, pois mesmo que a sociedade venha a em sua maioria invisibilizar, segregar, violentar e estigmatizar de diversas formas esta população, precisamos reconhece-la em quanto sujeitos sociais de direitos, pessoas cidadãos que são, como detentoras também de direitos humanos.

Falar em direitos humanos, requer saber como estes se apresentam diante da sociedade e porque são necessários. Partindo dessa perspectiva, compreende-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)que:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um marco na história dos direitos humanos. Redigida por representantes com diferentes origens legais e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, a 10 de dezembro de 1948 pela resolução 217 A (III) como um padrão comum de conquistas para todos os povos e todas as nações. Estabelece, pela primeira vez, que os direitos humanos fundamentais devem ser protegidos universalmente. Desde a sua adoção em 1948, a DUDH foi traduzida em mais de 500 idiomas – é o documento mais traduzido

do mundo – e foi fonte de inspiração para a redação da Constituição de novos Estados independentes e de novas democracias. (ONU, 2021, online)².

Ao redor do mundo, a ONU exerce sua função diplomática e o maior fruto de sua luta conjunta com os vários segmentos da sociedade é a promulgação dessa declaração, pois nunca se viu antes o reconhecimento de tantos direitos inerentes a pessoas humana. Definir direitos humanos agora pode tornar-se mais fácil.

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente da sua raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. Todos têm direito a estes direitos, sem discriminação. (ONU, 2021, online).

É com essa direção que ao entendermos a essência dos direitos humanos também devem contemplar a população LGBTQIA+, sem lhes distinguir e deslegitimar perante a sociedade genitália, heterossexual. Entretanto, essa sociedade tenta os/as dizimar a todo momento. São avassaladores os índices de mortalidade desta, conforme A Associação Nacional de Travesti e Transsexuais (ANTRA) em seu dossiê de assassinatos e violências de 2020 relata que a cada 18 horas uma pessoa trans perde a vida.

Igualmente, este dossiê leva a uma reflexão acerca da conjuntura vivenciada pelas pessoas que fazem parte desse segmento da sociedade, que abandona e marginaliza pessoas que rompem com os padrões hetero-cis-normativos. O Brasil naturalizou um projeto de marginalização das travestis. A maior parte da população Trans no país vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas. Mas não só: o que era ruim piorou ainda mais neste ano, com a eleição de um governo que é explicitamente transfóbico por ideologia. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, P. 10)

Assim, se faz urgente debater direitos humanos, na medida em que ainda nos deparamos com essa realidade dizimadora de corpos que são marginalizados e negados à existências, fomentado por um estado que ainda frágil no sentido de polít. Públicas, e até mesmo de ampliar o seu olhar para as pessoas trans.

² ONU. Direitos humanos. Disponível em: < <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> >.

2.2. ASSISTENCIA SOCIAL COMO POLÍTICA DE GARANTIA AOS DIREITOS DA POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL

Os últimos cinco anos década de 80 representou para o Brasil a era da participação social e a conquista dos direitos sociais. Isso porque a nova Constituição Federal de 1988, traz uma nova concepção para a Assistência Social Brasileira. A mesma é incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993), e posteriormente é advinda também a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004). Passando assim a assistência social a existir como sendo uma política social pública para um novo campo: o campo dos direitos aqueles que necessitam, de enfrentamentos as vulnerabilidades sociais, dos acessos da população e da responsabilidade estatal.

É de relevância informar que a Assistência Social busca sair da ótica da filantropia para a ótica dos direitos do cidadão. Promove a partir deste momento a prevenção, a proteção, a promoção e a inserção. Neste sentido, cabe a política de assistência social ampliar as suas ações, criando a proteção social básica e a especial.

No ano de 2003 acontece a IV Conferência Nacional de Assistência Social, que delibera a construção e a implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). O SUAS passa a ser implantado em 2005, como um modelo de gestão, descentralizado e inclusivo, implantando uma nova lógica de organização das ações socioassistenciais, ofertadas mediante um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, tendo como foco prioritário a atenção às famílias, incluindo seus membros, indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidas pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que delas necessitarem e pela sua complexidade.

Além disso, a Assistência Social enquanto política pública compõe o tripé da seguridade social, devendo funcionar de forma articulada e intersetorializada com outras políticas sociais, particularmente as públicas de saúde, educação, cultura, esporte, emprego, habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentárias e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias, seus membros e indivíduos.

A Proteção Social Básica direciona a atenção às famílias através dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que poderão operacionalizar ações junto às famílias e indivíduos com serviços, programas e projetos junto ou em parceria com as entidades não governamentais da rede da Assistência Social, integrando assim a rede de

proteção social, já na Proteção Social Especial, tem-se as demandas de média e alta complexidade, vindo para atender ao público que já teve os direitos violados (BRASIL, 2004).

A Política de Assistência Social é fundamental na proteção social e garantia de direitos da população. Em meio a isso, surge a ideia de que se é uma política para a população, então a comunidade LGBTQIA+ também tem direito e não deve ser excluída. Assim, “O debate sobre o atendimento da PNAS destinado à população LGBT é imprescindível, num contexto em que, no País e no mundo, as mortes de LGBTs são preponderantes” (QUADRADO; FERREIRA, 2019, p. 272). Além desse agravante, sabe-se que em nossa realidade:

A ausência de políticas públicas voltadas para a valorização da diversidade e a transfobia são resultados de um país com práticas ainda conservadoras que excluem essa parcela da população do convívio social e, consequentemente, dos direitos à identidade TRANS. (MDS, 2018, p. 02).

Por isso, nesta política deve trabalhar no desenvolvimento de programas, projetos, benefícios e serviço para que, além da superação de situações de risco, vulnerabilidade e violação de direitos, haja o alcance da equidade e erradicação de preconceitos. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que vai materializar a PNAS/LOAS, deve ser incorporado por uma cultura de luta por respeito e combate à violência as pessoas trans, pois:

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) trabalha de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento à garantia dos direitos socioassistenciais, com especial atenção para aquelas populações que historicamente foram alocadas em espaços sociais de abjeção, seja por questões relacionadas a renda, a orientação sexual, a identidade de gênero, a cor/raça ou à etnicidade. (MDS, 2018, p. 03).

Indo mais além, é preciso que nos espaços institucionais do SUAS, como CRAS e os grupos que nascem nestes.

Considerando a luta do movimento de travestis e transexuais no Brasil pela visibilidade de demandas historicamente reprimidas, torna-se necessário discutir dentro do SUAS, de forma mais aprofundada, as oportunidades de qualificação profissional, emprego e renda e a urgência de capacitação dos profissionais da assistência social quanto à importância do atendimento adequado, e o respeito ao nome social, visto que este deve ser inserido em todos os instrumentos de identificação, acompanhamento e atendimento dos equipamentos socioassistenciais. (MDS, 2018, P.04).

Assim, poderemos acreditar numa concepção e materialização de um SUAS, de garantia do direito a PNAS pautados na visibilidade, respeito e inclusão da população trans. Visto que é uma política imprescindível para a sua cidadania e superação das dificuldades cotidianas, na medida em que são extremamente vulneráveis socioeconomicamente, e ainda sofrem com o agravante preconceito, violência e transfeminicídio.

2.3. SERVIÇO SOCIAL EM DIREÇÃO À DIVERSIDADE: notas em defesa da população trans

O Serviço Social como profissão que foi situada historicamente no campo da divisão social e técnica do trabalho, infere sobre sua atuação nas relações dos sujeitos sociais perante a vida em sociedade, e as determinações do sistema capitalista (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

Enquanto profissionais atuantes para a efetivação dos direitos sociais, em sua maioria através das instituições criadas diante das políticas públicas, ser uma profissão que soma luta aos movimentos sociais, em suas diversas bandeiras de luta, é necessário contemplar nessas lutas a bandeira da população LGBTQIA+, sobretudo para sua existência.

O projeto ético-político em vigência e o Código de Ética Profissional (CEP), de 1993, já apresentam em suas constituições a defesa desse público na medida em que são instrumentos da profissão para a garantia de uma intervenção profissional que não discrimine, oprima, inviabilize e negue qualquer pessoa. Entretanto, com os avanços do preconceito, sendo mais específico, da ofensiva neoconservadora, que deslegitima principalmente as minorias, é preciso que esse debate se faça crescente na produção de conhecimento profissional, para conduzir a intervenção, também sendo pauta de movimentos e manifestações da profissão.

Falando nesses quesitos, é possível identificar esse debate crescente na categoria profissional, inclusive no mais importante evento da nossa categoria, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais CBAS,

É possível registrar como marco o 14º CBAS (2013) pela ocasião de uma plenária específica sobre o tema, na qual o termo identidade de gênero aparecia em seu título, a saber, Diversidade sexual e identidade de gênero: desafios para o Serviço Social. Vale dar relevo principalmente para o 15º CBAS (2016), pois na edição desse ano tivemos pela primeira vez uma sessão temática, e não uma plenária, com o tema da identidade de gênero em seu conteúdo, intitulada “Serviço social, Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, Geração e sexualidades: Diversidade Sexual e Identidade de Gênero: questões para o exercício profissional (Ênfase em Gênero e Sexualidades)”¹⁵ de modo a permitir

que a categoria profissional apresentasse estudos sobre o assunto. (MARINHO, 2017, p. 113-114)

Assim, é preciso fortalecer a inserção desse debate a cada passo em que a profissão e o conjunto CFESS-CRESS dá nos eventos, formações, capacitações, conferências, fóruns, cursos e nos espaços sociocupacionais essa disseminação de um pensamento em prol da diversidade, da luta pela existência e os direitos da população LGBTQIA+, em especial aquelas pertencentes as pessoas trans, que são as que mais tem sido derramado sangue.

Se faz imprescindível estarmos direcionando e reforçando o compromisso do Assistente Social com toda à população trans na luta por igualdade, equidade, ampliação da liberdade e justiça social, papel político que foi constituído mediante às transformações da conjuntura do país. No qual na atualidade se vivencia uma luta para quebrar paradigmas referente à identidade de gênero, para romper com o conservadorismo que segrega e manipula a população estabelecendo critérios de uma sexualidade binária.

Não se trata aqui de criar novas regras sobre a vivência do gênero (a forma como os sujeitos se compreendem) e da sexualidade (o desejo sexual), mas sim entender que aquilo que muitas vezes aprendemos como “coisa de homem” e “coisa de mulher” são construções sociais, e que o pensamento hegemônico sobre os sexos numa sociedade corresponde à ideologia da classe dominante, a detentora de meios diversos de propagação de suas ideias, tanto de formas aparentemente pacíficas e sutis, quanto de formas explicitamente violentas. (MARTINS E SILVA, 2020, p.2).

Assim, que a única regra seja de adentrar ao debate para enfrentar o preconceito e atuar diante do que versa o CEP de 1993 considerando a defesa intransigente dos direitos humanos, recusando o padrão conservador.

Há que se levar em consideração que o Código de ética (1993), conforme pontua Barroco e Terra (2012), dentre as suas conquistas, afirma a presença do pluralismo referenciado na perspectiva de garantir a liberdade de opiniões dentro da categoria profissional, suas expressões teóricas, e o compromisso com o constante aprimoramento intelectual. O novo projeto abre espaços que direcionam à uma luta em defesa das minorias, entre estas a população LGBTQIA+.

[...] é relevante destacar que a profissão de Serviço Social é uma das poucas que afirmam um compromisso de luta com esse grupo político e que, em consonância com seu projeto ético-político, vislumbra a desconstrução de todas as formas de preconceito, discriminação e a erradicação de qualquer modalidade de exploração/dominação, objetivando a construção de uma nova ordem social, em que os Direitos Humanos se efetivem de forma concreta, onde os sujeitos se reconheçam como gênero humano, como iguais, e a emancipação humana seja

possível, para que não haja hierarquia entre os indivíduos mediante a escolha religiosa, orientação sexual, identidade sexual e de gênero, posicionamento político, etnia, entre outros. (SILVA, 2017, p. 40).

A vertente de defesa intransigente de direitos humanos, recusa a discriminação e preconceito que para além do Código de Ética Profissional, perpassa o projeto ético-político faz com que a profissão de Serviço Social imprima os elementos trazidos anteriormente, e que devem ser vistos como essenciais para uma intervenção profissional condizente com a defesa e garantia dos direitos da população LGBTQIA+.

CAPÍTULO III: ITINERÁRIOS PARA UM DESINVISIBILIZAR DA POPULAÇÃO TRANS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: sentidos impressos na experiência no município de Juazeiro do Norte – CE

Neste capítulo, serão abordadas as veredas metodológicas para esta contribuição científica e também apresentar-se-á os relatos narrativos que traduzem as vivências de uma luta intercalada ao SUAS para visibilidade da população transexual do município de Juazeiro do Norte – CE. Estas por sua vez, apresentam um significado imprescindível para compreensão da trajetória de mulheres trans dentro da assistência social que precisam ser ouvidas e desfrutarem de possibilidades, de oportunidades para além das “historicamente impostas” diante de um padrão héteronormativo, patriarcal e que nega nossa existência .

3.1 VEREDAS METODOLÓGICAS PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Ao vivenciar em todos os sentidos uma luta cotidiana enquanto mulher transexual para existir no município de Juazeiro do Norte, uma jornada foi construída inserindo-me no terceiro setor, e através desse chegando ao SUAS. Essa inserção para o trabalho e também para lutar na medida em que me foi oportunizada possibilidades, carece de uma profunda análise na medida em que neste lócus encontrei refúgio para desencadear um processo de luta em prol das mulheres trans no cariri cearense.

A pesquisa nos possibilita justamente explicar sobre ideias e questionamentos que podem motivar processo de reflexão. É por este viés que esta pesquisa não poderia se fazer-se por um outro caminho a não ser o de uma narrativa autobiográfica, de abordagem qualitativa, na ótica descritiva, exploratória e fomentada por bibliografias já existentes para enfatizar e dar mais materialidade ainda a estes dados que nessa construção foram encontrados.

Optou-se pelo caminho de uma narrativa autobiográfica, pois esta desvela os processos vivenciados pela participante e que baseando-se em uma luta que pode servir de análise para novas determinações e impressões a temática estudada. Sobre esta, é oportuno salientar que “as narrações centradas na formação ao longo da vida revelam formas e sentidos múltiplos de existencialidade singular-plural, criativa e inventiva do pensar, do agir e do viver junto. (JOSSO, 2007, p. 413). E por viver junto ao movimento que se construiu em mim, no ambiente e nos demais atores de luta por uma população tão violada, narrar e ao mesmo tempo refletir e propor caminhos, foi imprescindível neste estudo.

Ao descrever as vivências na luta pela desinvisibilização da população trans na realidade do SUAS do município juazeirense, é feita justamente uma reflexão destas vivências, que se deram em um contexto social, cultural, político, econômico e cultural, por isso a necessidade de ter desfrutado de uma metodologia desse aporte.

Seu caráter qualitativo se fundamentou na compreensão de que esta pesquisa científica tem um caráter voltado para apreensão, análise e reflexão do objeto de estudo que foi a minha inserção e luta dentro do SUAS do município de Juazeiro do Norte-CE, o que não seria possível em um viés quantitativo, pois:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22).

E atrelando-se a esta concepção, este estudo perpassa o campo descritivo e exploratório. Descritivo porque esta “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”(GIL, 2009, p. 42). E exploratório, pois este tipo de estudo “[...] permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema” (TRIVIÑOS, 1987, p. 1009). O que se aplica a temática por não ter muito fomento no universo científico.

Ademais, o uso da bibliografia se deu no que descreve Gil (2009), pois utilizou-se de materiais já existentes, que serviram para aprofundar o conhecimento no sentido mais geral em torno das principais categorias que ressaltam a existência da população LGBTQIA+, com enfoque nas pessoas Transexuais e Travestis. Além de utilizá-la nas reflexões descritas com as narrativas das vivências, contribuindo assim para uma discussão ainda mais nítida, pois a literatura já existente como livros, artigos, e periódicos dão ainda mais significância ao estudo.

Neste sentido, pode-se dizer que com esta direção, o estudo alcançou os elementos do método científico que devem ter relevância para os trabalhos acadêmicos, ressaltando a temática, onde espera-se uma leitura que provoque cada vez mais reflexões da temática trabalhada, atribuindo-lhe novos caminhos, sentidos, questionamentos e visibilidade.

3.2 DA LUTA INDIVIDUAL À COLETIVA: narrativas de uma vivência para o movimento e crescimento da visibilidade transexual no SUAS do município de Juazeiro do Norte – CE

Quando nos referimos com ênfase na população de pessoas transgêneros que há décadas lutam na busca de igualdade social por direitos, cujos estes presentes na constituição, mesmo assim são negados, velados e invisibilizados por se tratar de pessoas que não estão dentro dos padrões partriarcialistas, conservadores e heteronormativos, os quais oprimem e excluem a existência de mulheres e homens trans.

Representatividade, voz, respeito, visibilidade – articulando essas palavras e seus significados me encontro dentro da luta para que todas elas façam parte do cotidiano da população trans juazeirense. E é por isso que enquanto movimento em mim, e ampliando este para as/os demais companheiras/os, discorrer sobre esse movimento crescente na realidade do município, e na esfera da Política de Assistência Social (lôcus de vivências e lutas para a presença da minha população), foi imprescindível.

Enquanto mulher trans, militante, educadora e orientadora social, artista, palestrante e concludente do curso de Serviço Social, tendo em vista que esse assunto é de uma peculiaridade própria e específica do meu lugar de fala, enquanto sujeito pertencente a esta classe LGBTQIA+, que vivencia cotidianamente o preconceito e a discriminação por ser quem sou e isso venha incomodar a sociedade machista, genitália e transfóbica a luta faz parte de mim.

Mediante relato exposto, mas algo que vai muito além deste, pelo fato de ser fundamental pesquisar, investigar e trazer à tona questões norteadoras as pessoas no contexto familiar, social, educacional e que levem os acadêmicos futuros profissionais trabalhadores do SUAS a importância da efetivação e garantia dos direitos desta comunidade.

É de grande relevância pontuar a trajetória que me fez envolver em uma militância e ativismo nos movimentos sociais que são interventores e cobradores da igualdade, e situo o início dessa luta no ano de 2014, no município de Juazeiro do Norte -CE, que até então vivenciava uma invisibilidade e normatividade dentro do SUAS.

Chama-se atenção para essa citada situação da assistência social, atrelando ao seu contexto alguns apontamentos que servem como elementos para sua ocorrência,

Há de se convir que o debate sobre as opressões de gênero e sexualidade é recente nas políticas públicas, demandando aprofundamento teórico-político crítico, uma vez que, no contexto social do sistema capitalista, as relações sociais vigentes se encontram enraizadas de conservadorismo, onde se reproduzem diversas formas

de machismo, homolesbotransfobia e tantas outras formas de preconceito e discriminação na vida social. (QUADRADO; FERREIRA, 2019).

Visualizava constantemente essas características no cenário do município, e a ânsia por contribuir justamente na assistência, enquanto porta de entrada (até então fechada) das trans, sobretudo as que sofrem vulnerabilidades socioeconômicas, onde a pobreza dilacerava ainda mais suas tentativas de (re) existir.

No ano em que iniciei minha trajetória, foi o terceiro setor que me oportunizou possibilidades de lutar, através da Associação Beneficente Madre Maria Villac – ABEMAVI. Esta com o objetivo de “realizar um trabalho diferencial sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, por meio de programas entre outros que sirvam às suas finalidades: atuar na promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos da democracia e de outros valores universais” (MAPA CULTURAL-CE, 2021, online)³. Nela aprendi, cresci e virei agente replicadora para defesa da minha comunidade. A intenção era absorver conhecimentos para levar voz e nome a comunidade LGBTQIA+, e principalmente as pessoas Trans.

Com as parcerias entre esta instituição e os equipamentos da Proteção Social Básica (CRAS) de Juazeiro do Norte-CE, me conectei com estes e pude realizar capacitações, ministrar palestras nesses espaços para uma atuação para a diversidade e ganhar mais visibilidade, e em um desses momentos impactei assistentes sociais ao verem uma mulher Trans atuando com intervenção socioeducativas, levando a crer que pessoas como nós estaríamos presentes apenas no mercado da informalidade, da prostituição e outros como de fato a sociedade nos ver e afirma que só ali é o nosso lugar.

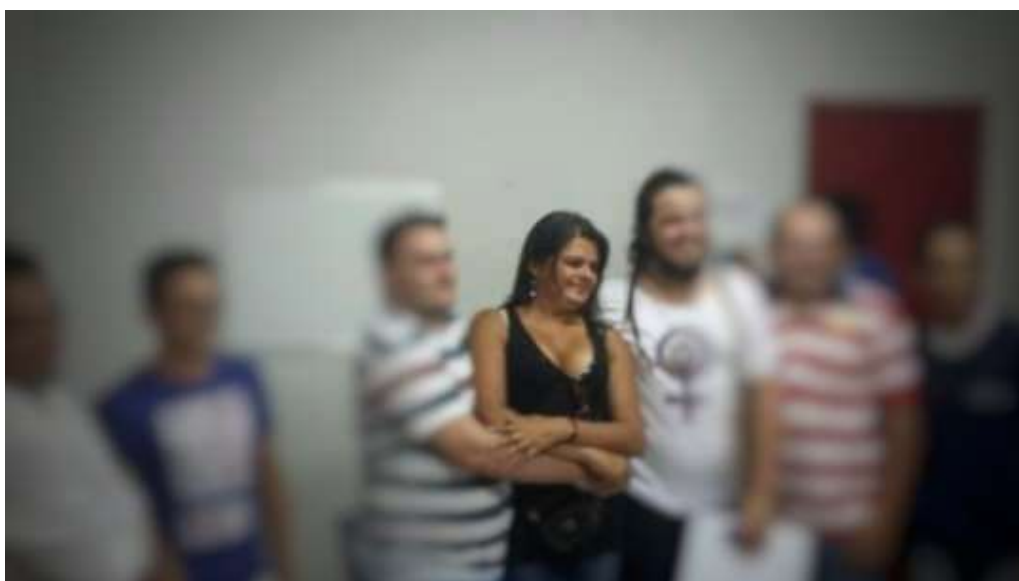
É comum quando se trata de mercado de trabalho, associar o público trans e travesti principalmente, a impossibilidade para os trabalhos formais, pela disseminação do padrão preconceituosos, lhes restando opções como trabalho informal, a marginalização, e uma realidade árdua que é preponderante, a prostituição (VASCONCELLOS, 2014). Isso imprime uma visão para trabalhadores e trabalhadoras do SUAS que contribui para essa surpresa quando se visualizam pessoas como eu tendo oportunidades além das citadas anteriormente.

Então, quando aconteceu diferente, porque a mesma profissional que se surpreendeu comigo, se atentou a necessidade de inclusão desta população nos serviços ofertados pelos

³ MAPA CULTURAL -CE. Informações de OSC'S – ABEMAVI. Disponível em : < <https://mapacultural.seculit.ce.gov.br/agente/21502/> >.

CRAS do município, e a construção de um diálogo foi oportunizada (o que será desvelado mais à frente). Pois no meio de tudo isso, em 2015, por esforços da Lei nº 4538, de 08 de outubro de 2015, foi instituído o Conselho Municipal de Direitos LGT (CMDLGBT)⁴, que pela primeira vez elegia membros, e com a visibilidade das ações relatadas anteriormente pude ser chamada para reuniões que culminaram na eleição do conselho e por meio de votação, pude compor essa instância de extrema importância para a comunidade LGBTQIA+, como 1ª presidenta.

Foto 01 – I fórum da sociedade civil e formação dos/as primeiros/as componentes CMDLGBT.



Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

É neste momento de imensa satisfação em fazer parte deste conselho que demarca um momento histórico para a comunidade LGBTQIA+, e enquanto mulher trans representando a voz das minhas companheiras, que entre 2015 e 2016, houveram lutas desafiadoras, no sentido de continuar desenvolvendo atividades nessa instância fiscalizadora, para que as políticas públicas, e principalmente a assistência social, consolidada através do SUAS, assistissem também a nós.

É preciso considerar nesse discurso a importância dos conselhos de direitos, que são instrumentos onde ampla composição lida com a fiscalização das políticas públicas, para que a sociedade a partir do momento em que consta em lei que são sujeitos de direitos, tenham

⁴ Portal online da prefeitura. Arquivo de instituição do CMDLGBT. Disponível em: < <https://juazeiro1.wesiteseguro.com/site/midia/9158/LEI%20N%C2%BA%204538-2015-CONSELHO%20DOS%20GAYS%20E%20LGBICAS.pdf> >

uma forma de controlar o que está sendo proposto nesse campo e materializado a partir dessas políticas públicas (PEREIRA; SANTOS, 2016). Estes conselhos emergem a partir da perspectiva do Controle Social.

O controle social é uma das formas de participação popular na administração pública. Esse controle se dá por meio da fiscalização, monitoramento e proposição de políticas públicas. Mediante o controle social ocorre o acompanhamento sistemático (individual ou por meio de entidades associativas e representativas) das atividades da administração pública. (PEREIRA; SANTOS, 2016, p. 2016).

Assim, é imprescindível que ao se tratar de um conselho para a comunidade LGBTQIA+, esta esteja representada em sua composição, para que esses instrumentos de garantias de direitos que são as políticas públicas não seja excludente para este público. Na realidade juazeirense, desde a composição do primeiro foi trabalhado com a visão impressa abaixo.

O Conselho Municipal dos Direitos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais CMDLGBT, é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, no âmbito de suas competências. Tem por finalidade, respeitadas as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública, formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito municipal, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais. (PORTAL JN-CE, 2021, online)⁵.

Neste trajeto, passado um tempo, tive o privilégio de adentrar ao mercado de trabalho exatamente na Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho do município de Juazeiro do Norte, inserida no Centro de Referência de Assistência Social (2017-2018), na função de Orientadora Social, e respectivamente Assistente Técnica, e foi com que a Assistente Social coordenadora do CRAS orientou-me instigou a fazer inscrição do vestibular para o curso de Serviço Social, pois já enxergava em mim, traços do perfil de uma futura trabalhadora do SUAS. E assim se concretizou a minha inserção na academia, com todo receio que iria enfrentar em universidade elitizada, branquicista e burguesa em sua totalidade, pois, mesmo que nossa população.

[...] adentrem as instituições de ensino, o não acolhimento, a não existência de uma política específica de inclusão, a violência psicológica, institucional e, por vezes, física, ainda se constituem enquanto fatores importantes para que haja a evasão

⁵ Portal online da prefeitura. Objetivo do CMDLGBT. Disponível em: < <https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/conselhos.php?id=13> >

escolar e das Instituições de Ensino Superior. (PEREIRA; ANDRADE, 2019, p. 03).

E estes devem ser analisados e considerados no percurso de luta pela visibilidade trans, contudo, essas características não me fizeram desistir do curso, visto que ao adentrar o universo acadêmico, ampliou-se também o horizonte de possibilidades para produzir conhecimentos e contribuir no aumento do local de fala das minhas companheiras, e construir um lugar meu também, para lutar por direitos sociais.

Neste período sendo acadêmica e trabalhadora do SUAS, tive oportunidade de em 2018, criar, implantar e me inserir no Núcleo de Diversidade e Gênero (NUDG) da política de assistência social do município (RS nº 12 de 28 de março de 2018/ CMAS/ JN-CE), com objetivo de construir uma Cultura de Respeito para com a classe LGBT com foco nas mulheres Travestis, Transexuais e Homens Trans, com intuito de inclusão, emancipação e visibilidade, justamente privilegiando territórios de extrema vulnerabilidades e que tem grande presença do público.

Na partilha do NUDG enquanto local que me possibilitou executar um trabalho em prol da diversidade, tive a oportunidade de representar as mulheres travestis, transexuais e homens transgêneros no Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), realizado em 2018, que:

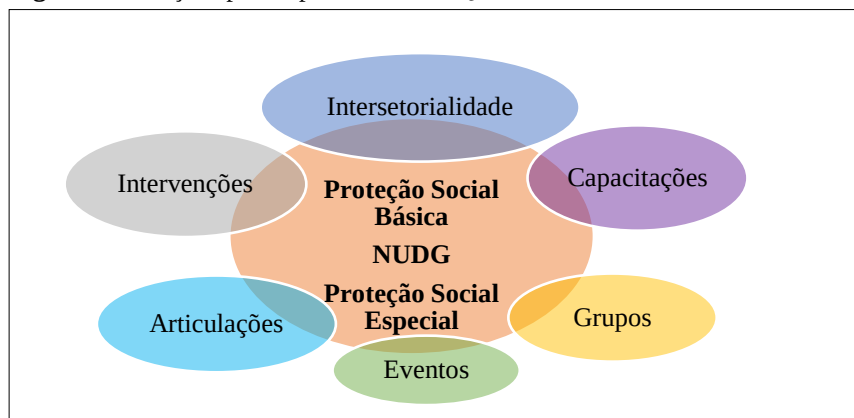
constitui-se num espaço nacional de inclusão e aglutinação à militância destes dois segmentos, sendo estes independentes ou através de OSC (Organização da Sociedade Civil) e visam a articulação com o Poder Público, bem como com o Terceiro Setor e iniciativa privada com o objetivo maior de propor a criação políticas públicas específicas e estratégicas e a ampliação das já existentes. (FONATRANS, 2021, online)⁶.

No FONATRANS, fiz questão de levar o trabalho desencadeado no município de Juazeiro do Norte- CE como forma de fomentar uma partícula que pode apontar para caminhos que ampliem as possibilidades para a minha comunidade, a importâncias das parcerias com o SUAS do município, e foi também um momento de fontes ricas e importantes de aprendizagem com as discussões do fórum, realizado no Rio de Janeiro. Foi o município quem custeou todas as despesas para que houvesse essa representação no FONATRANS, o que demonstra a preocupação com a população, ainda que exista muito trabalho ainda a ser feito para o aumento da nossa visibilidade.

⁶ FONATRANS. Informações sobre o fórum. Disponível: < <http://www.fonatrans.com/p/quem-somos.html> >.

É importante frisar o trabalho desenvolvido no NUDG para assim os/as pertencentes a população LGBTQIA+, e principalmente as pessoas Travestis, Transexuais e Homens Trans, serem conhecedores/as dos seus direitos enquanto Cidadãs e Cidadãos, através de várias ações.

Figura 01 – Ações para o público LGBTQIA+ .



Fonte: Primária, 2021.

Até o ano de 2020, esse conjunto de ações foram sendo realizadas, e até então, via-se uma crescente estruturação da visibilidade enquanto mulher trans, e que a partir dos diálogos, redes construídas e com a voz sempre disponível para levantar a bandeira da minha comunidade, resultaram em mudanças que essas ações trouxeram cultural, educacional, política e socialmente para o desenvolvimento do SUAS em Juazeiro do Norte-CE.

É imperiosos discutir o quão a oportunidade de fala, de trabalho, de motivação para a inserção no ensino superior (e não só neste mas nos demais níveis antecessores e sucessores), e o respeito destinado as mulheres transexuais pode encabeçar mudanças em uma realidade opressora e de negação de direitos, e ao mesmo tempo de negação de existência. Uma vez que estas experiências, que são pedaços de mim, teias que constroem o meu trajeto dentro do SUAS no município de Juazeiro do Norte- CE, e principalmente na minha vida cotidiana, já que essas vivências dão sentido ao meu dia a dia, revela principalmente que foi necessário uma longa, e diga-se de passagem árdua trajetória para conquista de um espaço, e para tornar este não só meu, mas de todo o meu povo.

Ressalta-se contudo, que, é uma minoria de casos em que estes espaços estão possibilitados para a população LGBTQIA+, e muito mais densamente ainda para nós mulheres trans, fato que corrobora com essa afirmação, é o único espaço que esteve inicialmente aberto para minha inserção que foram as OSC'S através da ABEMAVI,

instituição que sempre irei carregar no meu discurso, por me fazer (no sentido político, de luta e também pessoal), quem sou hoje, e como isso repercute no trabalho desenvolvido no SUAS de Juazeiro do Norte – CE.

E mais recente, no presente ano, mais um desafio foi ao mesmo tempo em que apresentado, me possibilitado (pois é um espaço meu e da minha comunidade), através da Casa da Diversidade Cristiane Lima, inaugurada em 30 de abril de 2021⁷, em que estive desde a sua gênese como coordenadora, e atualmente encontro-me como articuladora e colaboradora, tendo em vista que estando à frente do NUDG (na gerência), não se pode exercer o cargo de coordenação na casa da diversidade.

A Casa da Diversidade Cristiane Lima é um marco diante de todas as referências de lutas em prol da população LGBTQIA+ até então efetuados, e encontra-se como uma instituição para a garantia de direitos deste público. Nela a população pode encontrar além de um porto seguro atendimentos totalmente gratuitos – em acolhimento social, atendimentos sociojurídicos, atendimento psicossocial com profissionais capacitados para atuar em uma perspectiva inclusiva e de visibilidade as demandas da comunidade LGBTQIA+, também realiza atendimentos preventivos em saúde e encontros de convivência, e não menos importante um trabalho intersetorial junto a assistência social do município para os benefícios, serviços, programas e projetos necessários a esta população.

A Casa da Diversidade Cristiane Lima é um ambiente de convivência, que segundo o Pautília Ferraz (2021), é “um sonho tirado do papel, uma ação conjunta da Associação Beneficente Madre Maria Villac (ABEMAVI) e Associação Caririense de Luta contra Aids (FERRAZ, 2021, online).

Foto 02 – Casa da Diversidade Cristiane Lima



Fonte: FERRAZ, 2021, online.

⁷ FERRAZ, Pautília. PORTAL DE JUAZEIRO. Inaugurada A CASA DA DIVERSIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE, 2021. Disponível em: < <http://www.portaldejuazeiro.com/2021/05/inaugurada-casa-da-diversidade-de.html> >.

Nas vivências neste ambiente, foi possível ampliar ainda mais a conexão entre as pessoas transexuais e a realidade do SUAS do município de Juazeiro do Norte – CE, pois nunca se viu antes, tanta busca por serviços e encaminhamentos por parte deste público, que ainda tão invisibilizado e marginalizado⁸. E assim, através das manifestações do trabalho desenvolvido neste ambiente continuo a lutar para ampliar essa conexão com a assistências social por ser esta vertente a mais buscada por essa população, que em sua maioria vivenciam extremas vulnerabilidades sociais.

Se faz necessário e com grande pertinência pesquisar sobre as expressões da Questão Social que atravessam a vida destas pessoas nos âmbitos familiares, educacionais, saúde pública, religioso e social. Pois a sociedade impõe e deslegitima a nossa identidade de gênero causando a nossa morte social. E que esta pesquisa venha fomentar e dar visibilidade, acentuando a importância para com esta população em todos os aspectos mencionados, objetivando a concretização da cidadania e dos direitos humanos através da efetivação e garantia das políticas públicas, sobretudo do SUAS.

Considerando o exposto, torno a dizer que enquanto não existir na sociedade esse conhecimento sobre a nossa população Trans e também reconhecimento, não irá existir empatia, respeito, e também que se inclua nas disciplinas desde a educação básica até o ensino superior fazendo com que nasça uma geração mais justa e igualitária diante das mazelas sociais que nos corrompem tomando o nosso direito de existir. Eis a importância desta luta que venho desencadeando no citado município e política.

Reitera-se que no entanto, existe ainda uma grande lacuna para que pessoas trans sejam inseridas enquanto trabalhadoras e trabalhadores no SUAS, pois ao observar as faces das vivências aqui sinalizadas, obteve-se uma maior visibilidade e incorporou-se parcerias com a assistência social e terceiro setor, indo desde a capacitação dos trabalhadores/as a intervenção intersetorial, mas não explanou-se sobre a questão do trabalho deste público no município, pois quanto a contratação ainda existe um abismo em nossa realidade – algo que diante das faces do lócus de ausência ainda neste âmbito, A LUTA CONTINUA!

⁸ Na maioria dos atendimentos muito relacionados a perspectiva de situação de desemprego e insegurança alimentar, orientação de como acessar a rede de serviços ofertados pelo município (nome social, retirada de documentos, serviço de saúde, assistência social), e sobre questões atreladas a importância da escolarização e profissionalização. Segundo Estimativas do Atendimento Social na Casa da Diversidade Cristiane Lima, até o momento tivemos: 100 atendimentos com 45 encaminhamentos, isso para CRAS, NUDG, CREAS, Bolsa Família (Informações obtida em relatórios, enquanto articuladora e colaboradora da casa da diversidade).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O objetivo do referido trabalho foi descrever a partir das narrativas de vida experienciadas na inserção e luta no SUAS do município de Juazeiro do Norte-CE, como estas contribuem para o reconhecimento, inclusão e visibilidade à população trans, para sociabilizar espaços e efetivar o direito a Política de Assistência Social. Para tanto, almejou-se desvelar conceitos e o processo de reconhecimento da População transexual enquanto pessoas de direitos sociais; investigar os direitos humanos, Política de Assistência Social e o projeto ético-político do Serviço Social junto a População transexual; apreender como a luta no SUAS do município de Juazeiro do Norte-CE desencadeou um processo de reconhecimento, inclusão e visibilidade à população transexual na Política de Assistência Social.

A luz de tais pretensões, mediante a pesquisa realizada, observou-se o quão a oportunidade de fala, de trabalho, de motivação para inserção no ensino superior, e não só neste mas nos demais níveis antecessores e sucessores, e o respeito destinado as mulheres transexuais pode encabeçar mudanças em uma realidade opressora e de negação de direitos, e ao mesmo tempo de negação de existência.

Estas narrativas, que são pedaços de mim, teias que constroem o meu trajeto dentro do SUAS no município de Juazeiro do Norte- CE, demonstraram que existem possibilidades para ocuparmos espaços. E que estes não sejam apenas como assistidas, mas também trabalhadoras, por isso esse relato é tão importante para eternizar uma luta que continuará, para que um dia, outros trabalhos como estes sejam realizados, lidos e reconhecidos.

É imprescindível sinalizar aqui, que com esta pesquisa desvelou-se a partir das experiências que quanto a inserção no campo do trabalho, ou seja, as mulheres e homens trans como trabalhadoras e trabalhadores do SUAS no município de Juazeiro do Norte – CE, ainda existe um abismo enorme. o que se obteve foi uma maior visibilidade quanto a presença desse público para as intervenções em suas demandas, e capacitações profissionais para que as/os trabalhadoras/es do SUAS atuem para a diversidade. Por isso a necessidade de continuar a luta, e utilizar esta pesquisa para que dificuldades ainda existentes sejam rompidas.

É necessário ressaltar a importâncias das instituições do terceiro setor, que são as principais responsáveis pelas possibilidades que experienciei no município juazeirense, pois são estas que dão atenção para a população LGBTQIA+, e muito mais densamente ainda

para nós mulheres trans, como foi relatado no caso. E que a partir da oportunidade de presença e fala, transformou-se isso em instrumento de parcerias com o SUAS, e consequentemente mudanças na visibilidade trans.

Ademais, que esta pesquisa venha fomentar e dar visibilidade, acentuando a importância para com esta população em todos os aspectos mencionados, objetivando a concretização da cidadania e dos direitos humanos através da efetivação e garantia das políticas públicas, sobretudo do SUAS.

Para os/as assistentes sociais, deixa-se aqui uma pauta que é bandeira de luta da categoria profissional, e que contribui para materialização do projeto ético-político que almeja uma sociedade livre de mazelas, de preconceito, discriminação e dominação. Por isso, nessas palavras se faz tão importante ressaltar a nossa profissão.

Ademais, que as ausências ainda presentes no SUAS do município de Juazeiro do Norte-CE, nas demais políticas públicas, instituição, esferas da vida e relações sociais, sejam substituídas por oportunidades, por respeito e inclusão, para que a nossa existência não seja uma realidade apenas por via de luta e resistência, mas também de vivências humanas, pois também somos cidadãos e cidadãos de direito.

O trajeto aqui explanado, não poderia ser concluído de outra forma a não ser versando que, ao se oportunizarem possibilidades, outras mulheres transexuais poderiam assumir locais dentro da assistência social que além de realizar suas idealizações, pode tornar-se um espaço de possibilidades também para uma luta estratégica por ainda mais reconhecimento e para inserção de mais pessoas trans com a socialização do que me foi oportunizado. E é por isso que falar sobre esse trajeto no SUAS do município de Juazeiro do Norte-CE, foi necessário, diante de uma luta que vem sendo arcabouçada desde 2014.

REFERÊNCIAS

ANTRA. História do movimento trans no Brasil. Arquivo online, 2021. Disponível em: < <https://antrabrasil.org/historia/> >. Acesso em: 25 de set. de 2021.

ARAÚJO, Erika Barbosa de; THEOPHILO, Glaucia Lima de Magalhães. TRANSGÊNEROS: AINDA INCOMPREENDIDOS?. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 1, p. 73-101, 2019.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BENEVIDES, Bruna. **Marcos Históricos do Movimento LGBTI+ Brasileiro**, 2020. Disponível em: < <https://brunabenevidex.medium.com/marcos-hist%C3%B3ricos-do-movimento-lgbti-brasileiro-ad84dd691f41#6519> >.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019 – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004;

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988;

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), p. 319-351, 2013.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade** / Leandro Colling. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

FERRAZ, Pautília. PORTAL DE JUAZEIRO. Inaugurada A CASA DA DIVERSIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE, 2021. Disponível em: < <http://www.portaldejuazeiro.com/2021/05/inaugurada-casa-da-diversidade-de.html> >. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

FONATRANS. Informações sobre o fórum. 2021. Disponível: < <http://www.fonatrans.com/p/quem-somos.html> >. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**/ Antônio Carlos Gil – 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983. Ed, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

JOSSO, Marie Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**, v. 30, n. 63, p. 413-438, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36

MAPA CULTURAL -CE. Informações de OSC'S – ABEMAVI, 2021. Disponível em : < <https://mapacultural.secu.lt.ce.gov.br/agente/21502/> >. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

MARTINS, M.H.; SILVA, M.A.; **Serviço Social e População Trans**. Trabalho técnico CRESS- ES - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

MARINHO, Silvana. Serviço Social e população trans: um debate sobre questão social e suas expressões na cena contemporânea. **Serviço Social em perspectiva**, v. 1, n. 1, p. 103-125, 2017.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MDS. SUAS SEM TRANSFOBIA. Cartilha para fomento a diversidade. MDS, 2018.

ONU. Direitos humanos. Arquivo online, 2021. Disponível em: < <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> >. Acesso em: 25 de set. de 2021.

PEREIRA, Cleyton Feitosa; SANTOS, Emerson Silva. PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO LGBT: o conselho nacional de combate à discriminação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, p. 175-205, 2016.

PEREIRA, Ayla Campos; ANDRADE, Vinicius Novais Gonçalves de. TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ENSINO SUPERIOR. In: VIII Pesquisar, 2019. Anais do VIII Pesquisar, V.8, 2019.

PORTAL ONLINE DA PREFEITURA. Arquivo de instituição do CMDLGBT, 2015. Disponível em: < <https://juazeiro1.websiteseuro.com/site/midia/9158/LEI%20N%C2%BA%204538-2015-CONSELHO%20DOS%20GAYS%20E%20L%20ESBICAS.pdf> >. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

PORTAL ONLINE DA PREFEITURA. Objetivo do CMDLGBT. 2021. Disponível em: < <https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/conselhos.php?id=13> >. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

PODESTÀ, Lucas Lima De. **Os usos do conceito de transfobia e as abordagens das formas específicas de violência contra pessoas trans por organizações do movimento trans no Brasil**. 2018.131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. Os (des) caminhos da política pública de assistência social no atendimento à população LGBT. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 17, p. 271-285, 2019.

SEPÚLVEDA, Gabriela; SEPÚLVEDA, Vida. O DIREITO DA IDENTIDADE CIVIL E DO RECONHECIMENTO DE GÊNERO DO GRUPO TRANSGÊNERO NÃO OPERADO. *Direito UNIFACS–Debate Virtual*, n. 212, 2018.

SILVA, Alice Farias. “SOMOS TODOS IGUAIS, BRAÇOS DADOS OU NÃO”: uma análise da atuação do/a assistente social frente às demandas da população LGBT nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Trabalho de Conclusão de Curso – Repositório institucional Unileão. 2017.

SILVA, Denílson Misael da. A TRANSEXUALIDADE EM PAUTA: o confronto dos teórico-conceituais cientificistas frente a visão sociopolítica integradora da diversidade, da identidade e do lugar social. Trabalho de Conclusão de Curso – Repositório institucional Unileão. 2020.

SILVA, Jovanna Cardoso da Silva, que em seu livro intitulado BAJUBÁ ODARA: resumo histórico do nascimento e do movimento de travestis do Brasil.1 ed. Picos, PI, 2021.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, Luciana Teixeira de. Travestis e transexuais no mercado de trabalho. **Artigo apresentado no mês de agosto do ano de**, 2014.